Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 143 • jan./ 2007

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

Sumário

Aos Nossos Leitores

Teresa Arruda Alvim Wambier 11

I. Doutrina Nacional

1. Lei 11.280, de 16.02.2006 (análise dos arts.112, 114 e 305 do CPC e do § 5.º do art. 219 do CPC)
Arruda Alvim 13
2. Considerações sobre a parte incontroversa da demanda na ação movida pelo devedor – Os arts. 49 e 50 da Lei 10.931/2004
Luiz Rodrigues Wambier 26
3. Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada nas ações coletivas
José Rogério Cruz e Tucci 42

II. Doutrina Internacional

1. Il controllo di razionalità della decisione fra logica, retorica e dialettica
Michele Taruffo 65

III. Direito Comparado

1. El amparo Iberoamericano (Estudio de derecho procesal constitucional comparado)
Eduardo Ferrer Mac-Gregor 79

IV. Atualidades Nacionais

1. A "nova" execução dos títulos extrajudiciais. Mudou muito?
Athos Gusmão Carneiro 115
2. Carta aberta à comunidade jurídica: testemunho da história acontecendo
Paulo Hoffman 130
3. O Ministério Público e o Estatuto do Idoso: aspectos processuais
Robson Renault Godinho 136

V. Temas Relevantes Vistos pelos Tribunais

1. As tutelas de urgência contra a Fazenda Pública na jurisprudência atual do STF
Francisco Vieira Lima Neto e *Jader Ferreira Guimarães* 163
2. O princípio da fungibilidade e os embargos de declaração no STJ e no STF
Luís Otávio Sequeira de Cerqueira 178

3. A fraude à execução examinada a partir de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça
Ana Cristina Brenner 186

VI. JURISPRUDÊNCIA

Selecionada e Anotada

1. Argüição de descumprimento de preceito fundamental: ponderações iniciais do STF
Luiz Manoel Gomes Junior 201

Comentada

1. Recurso especial, efeito translativo. Matéria de ordem pública
Tânia Aoki Carneiro 205

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal

Precatório judicial – Crédito de natureza alimentar – Definição contida no art. 100, § 1.º-A que não é exaustiva; Honorários de advogado – Verba devida pela Fazenda Pública – Prestação alimentícia que deve ser satisfeita via precatório judicial e observar a ordem especial restrita aos créditos de natureza alimentar – Impossibilidade de parcelamento nos moldes do art. 78 do ADCT – RE 470.407-2-DF – 1.ª T. – STF – v.u. – rel. Min. *Marco Aurélio* 225

2. Superior Tribunal de Justiça

Prisão civil – Alimentos – Proposição de sucessivas execuções da verba alimentar – Cumulação do prazo da custódia – Inadmissibilidade, mormente se adotado o procedimento do art. 733 do CPC – Cumprimento cumulativo dos decretos prisionais expedidos em processo distintos que frustra a finalidade da prisão, que deve ser decretada, excepcionalmente, apenas como meio de coagir o devedor a adimplir o débito alimentar e não como mecanismo de punição pelo não pagamento – Juiz, no entanto, que poderá renovar, no mesmo processo executivo de alimentos, o decreto segregatório, após analisar a conveniência e oportunidade e, principalmente, após levar em conta a finalidade coercitiva da custódia – HC 39.902-MG – Segredo de Justiça – 3.ª T. – STJ – v.u. – rel. Ministra *Nancy Andrighi* 232

3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

Liquidação de sentença – Oferecimento, por parte do exeqüente, de memória de cálculo atualizada e discriminada em se tratando de simples cálculo aritmético – Impossibilidade técnica ou financeira por parte do credor que lhe possibilita valer-se dos serviços da con-

tadoria judicial ou perito contábil, com pagamento de custas ou, ainda, solicitar os benefícios da gratuidade de justiça – Inteligência do art. 604 do CPC – AgIn 2006.01.00.009382-2-MG – 1.ª T. – TRF-1.ª Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *José Amilcar Machado* 237

4. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região

Apelação – *Reformatio in pejus* – Inocorrência – Juiz que acolhe integralmente o pleito do recorrente – Recurso que é recebido pelo juízo *ad quem* no efeito devolutivo – Inexistência de sentença modificativa para beneficiar a quem não recorreu – Inteligência do art. 512 do CPC; Sucumbência – Honorários de advogado – Condenação da parte vencida ao pagamento da verba honorária – Admissibilidade, independentemente de pedido expresso nesse sentido – Simples dispêndio na contratação de um causídico e o acolhimento da pretensão do recorrente, impõe o dever no pagamento da verba – Inteligência do art. 20 do CPC – AR 2005.04.01.016193-2-SC – 1.ª Seção – TRF-4.ª Reg. – v.u. – rel. Des. Federal *Wellington Mendes de Almeida* 239

5. Tribunal Regional Federal da 5.ª Região

Cadastros de inadimplência – Cédula de crédito comercial – Ação interposta visando revisão de cláusulas contratuais – Medida cautelar – Liminar concedida impedindo a inscrição do devedor em serviços de proteção ao crédito enquanto discutido o contrato judicialmente – Concessão de tutela antecipada recursal determinando o depósito das parcelas vencidas e vincendas – Admissibilidade, uma vez que, ainda que as parcelas remanescentes venham a ser fixadas em patamar inferior, o devedor não será eximido por completo do pagamento – AgIn 2005.05.00.019607-1-CE – 1.ª T. – TRF-5.ª Reg. – v.u. – rel. Des. *Federal Francisco Wildo* 242

6. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Embargos de declaração – Oposição, pela segunda vez, restringindo-se a reiterar a existência de omissões, obscuridades e contradições não demonstradas – Inadmissibilidade – Declaratórios que não têm a função de atender simples inconformismo da parte sucumbente, tampouco de meio para rediscutir matéria já decidida – Inteligência do art. 535, I e II, do CPC – EDcl em MS 2005.0022.6009-5/2 – 2.ª Câm. Cív. – TJCE – v.u. – rel. Des. *Francisco de Assis Filgueira Mendes* 245

7. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Agravo retido – Execução fiscal – Incompatibilidade entre os procedimentos – Inteligência do art. 522

do CPC, com redação dada pela Lei 11.187/2005; Sucumbência – Ocorrência – Execução fiscal – Exceção de pré-executividade – Reconhecimento de ilegitimidade passiva *ad causam* – Circunstância que implica a extinção do processo – AgIn 343831-5 – 1.ª Câm. – TJPR – *v.u.* – rel. Des. *Sergio Rodrigues* 248

8. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Sentença – Cumprimento da decisão – Comissão de permanência – Pretendido acréscimo de 5% mensais – Inadmissibilidade, se fixada a tabela prática do Tribunal para correção da diferença; Sucumbência – Honorários de advogado e custas processuais – Sentença – Cumprimento da decisão – Impugnação ao valor arbitrado – Verba sucumbencial devida, pois exigido trabalho dos profissionais de ambos os litigantes – Interpretação da Lei 11.232/2005 – AgIn 1082960-0/7 – 28.ª Câm. da Seção de Direito Privado – TJSP – v.u. – rel. Des. *Celso Pimentel* 251

VII. Estudo de Caso

1. Crítica aos dispositivos processuais contidos no Estatuto do Idoso. Um estudo de caso frente ao acesso à justiça
José Mário Wanderley Gomes Neto e *Ana Carolina Gomes Veiga*.... 253

VIII. Conferências

1. Contornos da reforma contemporânea do processo civil
Pierpaolo Cruz Bottini 275

IX. Pareceres

1. A *vis attractiva* do juízo da vara empresarial. Créditos trabalhistas. Sucessão da empresa em regime de recuperação
Teresa Arruda Alvim Wambier 289
2. Compensação exige mesmas partes, dívidas líquidas e vencidas
Sérgio Seiji Shimura 307

X. Trabalhos Forenses

1. Mandado de segurança contra ato judicial
Aloísio Pires de Castro 313
2. Ação rescisória fundada em erro de fato
Marcos Afonso Borges 318

XI. Notas e Comentários

1. Tutela de urgência nos processos coletivos: notas e particularidades
Fredie Didier Jr. e *Hermes Zaneti Jr.* 327

XII. Resenhas

1. Bedaque, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada*: tutelas sumárias e de urgência. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006 – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier 335
2. Bruschi, Gilberto Gomes (Coord.). *Execução civil e cumprimento da sentença*. São Paulo: Método, 2006 – resenha por
Emerson Cortezia de Souza 337
3. Grinover, Ada Pellegrini. *Morte na USP*. São Paulo: Manole, 2005 – resenha por
Edoardo Ricci 339

XIII. Resumos 341

Índice Alfabético-remissivo 345

Normas de Publicação para Autores 354

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Revista de PROCESSO

Ano 32 • n. 144 • fev./ 2007

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

Sumário

I. Doutrina Nacional

1. Cabimento de embargos de divergência contra acórdão (de mérito) de Turma, proferido em agravo regimental, tirado de decisão de relator de recurso extraordinário: imprescindibilidade de uma releitura da Súmula 599/STF
Arruda Alvim 9

2. Tutelas de urgência e o princípio da fungibilidade (§ 7.º do art. 273 do CPC)
Paulo Afonso Brum Vaz 23

3. Aspectos relevantes da ação popular ambiental: diferenças em relação à ação popular disciplinada pela Lei 4.717/65
Luiz Manoel Gomes Junior e Ronaldo Fenelon Santos Filho 38

II. Doutrina Internacional

1. Note sul diritto alla condanna e all'esecuzione
Michele Taruffo 57

III. Atualidades Nacionais

1. O cumprimento de sentença na ação popular: algumas implicações da Lei 11.232/2005
Flávia Regina Ribeiro da Silva 85

2. A multifuncionalidade do direito fundamental ao contraditório e a improcedência liminar (art. 285-A, CPC): Resposta à crítica de José Tesheiner
Daniel Mitidiero 105

IV. Temas Relevantes Vistos pelos Tribunais

1. Julgamento unipessoal do mérito da causa por meio da apelação: interpretação dos arts. 557 e 515, § 3.º, ambos do CPC
Fabiano Carvalho 113

2. O prequestionamento nos recursos especial e extraordinário: considerações e análise crítica
Roberto Carlos Martins Pires 117

3. A penhora, efetivada por meio eletrônico. Faculdade ou dever do Magistrado? Considerações após a EC 45/2004, Leis 11.232/2005, 11.277/2006 e 11.280/2006
Antonio Carlos de Oliveira Freitas 133

V. JURISPRUDÊNCIA

Selecionada e Anotada

1. Ação rescisória ajuizada contra decisão interlocutória. Admissibilidade
Luiz Manoel Gomes Junior 165

Comentada

1. Processual civil. Recurso especial. Agravo de instrumento em processo cautelar julgado posteriormente à sentença. Dúvida quanto à perda de objeto, alegação de julgamento *ultra petita*. Ausência
Tânia Aoki Carneiro 169
2. Legitimidade do Ministério Público para intentar ação civil pública cujo objeto seja tutelar patrimônio público e moralidade administrativa
Angela Carboni Martinhoni Cintra 180

Íntegra

1. Supremo Tribunal Federal

Prisão civil – Alimentos – Pensão alimentícia – *Habeas corpus* – Pretendida rediscussão da necessidade do alimentado ou da possibilidade econômico-financeira do alimentante – Inadequabilidade da via eleita; Prisão civil – Alimentos – Pensão alimentícia – Acúmulo de parcelas que não se deu por inércia do credor aliada à não comprovação do pagamento das prestações que venceram ao longo da ação de execução – Dívida que não perdeu seu caráter alimentar – Legalidade da custódia – HC 87.134-8-SP – Segredo de Justiça – 1.ª T. – STF – rel. Min. *Sepúlveda Pertence* 201

2. Superior Tribunal de Justiça

Agravo de instrumento – Interposição contra despacho que determina a citação do devedor em sede de execução – Inadmissibilidade – Ato que resolve mera questão incidente, sendo, portanto, irrecorrível – Inteligência do art. 162, § 2.º, do CPC – REsp 693.074-RJ – 3.ª T. – STJ – redator p/ acórdão Min. *Castro Filho* ... 204

3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Execução fiscal – Sucessão legal – Redirecionamento da ação – Imprescindibilidade da citação da sucessora para que ela possa se defender por meio de embargos – Observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa – AgIn 2005.01.00.053879-0-PA – 8.ª T. – TRF-1.ª Reg. – rela. Desa. Federal *Maria do Carmo Cardoso* 213

4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Honorários de advogado – Juros – Aplicabilidade – Constituição em mora do réu que abrange também os consectários legais – Inteligência do art. 219, *caput*, do CPC – *Embargos à Execução em AR*

2006.04.00.000894-3-PR – 2.ª Seção – TRF-4.ª Reg. – rel. p/ o acórdão Des. Federal *Luiz Carlos de Castro Lugon* 216

5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Medida cautelar – Perda de objeto – Ocorrência – Arquivamento dos autos da ação principal – Circunstância que inviabiliza o exame de mérito da cautelar – ApCív 2001.05.00.000023-7-CE – 3.ª T. – TRF-5.ª Reg. – rel. Des. Federal *Geraldo Apoliano* 221

Litisconsórcio passivo necessário – Inocorrência – Ação civil pública – Licitação – Concessão de liminar suspendendo concorrência deflagrada por sociedade de economia mista para contratação de serviços de advocacia – Inclusão da União Federal no pólo passivo da lide – Inadmissibilidade – Processo licitatório que tem origem em ato de gestão interna da sociedade de economia mista – Ausência de interesse jurídico da União no certame; Competência – Ação civil pública – Licitação – Demanda que visa invalidar processo de concorrência deflagrado por sociedade de economia mista – Julgamento afeto à Justiça Estadual – Possibilidade do reconhecimento de incompetência da Justiça Federal para processamento do feito em segunda instância, ainda que em sede de agravo de instrumento interposto contra a concessão de liminar – AgIn 2004.05.00.006212-8-CE – 3.ª T. – TRF-5.ª Reg. – rel. Des. Federal conv. *Rogério Fialho Moreira* .. 223

6. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Sentença – Nulidade – Ocorrência – Decisão fundada em prova inexistente nos autos – Inteligência do art. 458 do CPC – ApCív 2003.0007.8771-5 – 2.ª Câm. Cív. – TJCE – rel. Des. *Ademar Mendes Bezerra* 227

7. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Ação indenizatória – Acidente de trânsito – Sentença penal absolutória – Inexistência de repercussão no juízo cível se a absolvição foi fundamentada no art. 386, IV, do CPP; Ação indenizatória – Acidente de trânsito – Culpa exclusiva da vítima pelo sinistro não comprovada – Réu que tem o dever de provar fato modificativo ou extintivo do direito do autor – Inteligência do art. 333, II, do CPC; Acidente de trânsito – Ação indenizatória – *Error in judicando* – Ocorrência – Juiz que, valendo-se de máximas de experiência, presume a culpa do réu pelo infortúnio – Inadmissibilidade – Hipótese em que se fazia necessária a produção de prova técnica para o deslinde da controvérsia – ApCiv 017.030.011.286 – 4.ª Câm. Cív. – TJES – rel. Des. *Maurílio Almeida de Abreu* 230

8. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Competência – Ação indenizatória – Acidente do trabalho – Sinistro decorrente de relação travada entre empregado e empregador – Julgamento afeto à Justiça do Trabalho – Inteligência do art. 114, VI, da CF, acrescentado pela EC 45/2004 – Ag 315.001-6/01 – 10.ª Câm. Cív. – TJPR – rel. Des. *Ronald Schulman* ... 238

VI. Conferências

1. O agravo e o conceito de sentença
Teresa Arruda Alvim Wambier ... 243

VII. Trabalhos Forenses

1. As máximas de experiência (art. 335, CPC) e a impossibilidade de sua aplicação pelo Magistrado quando exige-se conhecimento técnico específico. Apelação interposta contra sentença que excedeu os limites das máximas de experiência
Flávio Cheim Jorge e *Marcelo Abelha Rodrigues* ... 257

VIII. Notas e Comentários

1. A imutabilidade da "justiça da decisão" como fixação da causa de pedir em demanda nova: uma releitura do art. 55 do CPC e a caracterização do interesse jurídico do assistente
Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá ... 275
2. Da coisa julgada nas ações de alimentos
Antonio Darienso Martins e Fábio Luís Franco ... 286

IX. Resenhas

1. Mancuso, Rodolfo de Camargo. *Jurisdição coletiva e coisa julgada* – Teoria geral das ações coletivas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006 – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier ... 303
2. Aurelli, Artele Inês. *O juízo de admissibilidade no mandado de segurança*. São Paulo: Malheiros, 2006 – resenha por
Teresa Arruda Alvim Wambier ... 305
3. Taruffo, Michele. *La motivazione della sentenza civile*. Padova: Cedam, 1975 – resenha por
Leonardo Greco ... 306

X. Resumos ... 329

Índice Alfabético-remissivo ... 333

Normas de Publicação para os Autores ... 341